



XVII ENANPUR

SÃO PAULO • 2017



A extensão universitária e o campo das assessorias técnicas

The university extension and field of technical advisory services

*Daniel Marostegan e Carneiro¹, PPGAU --- UFBA
daniel@teia.org.br*

¹ (Arquiteto e urbanista, doutorando do PPGAU/ UFBA, bolsista capes e integrante do Labhabitar).

RESUMO

O presente artigo se insere nos debates da produção da arquitetura e urbanismo de interesse social. Para tanto, parte da contextualização das precariedades urbanas referentes ao fenômeno da urbanização brasileira, a partir do qual apresenta uma trajetória de experiências profissionais que contribuem para a consolidação do campo de atuação das assessorias técnicas em arquitetura e urbanismo. Passa então a refletir sobre a relação entre ensino e extensão em AU e a fragilidade da interação entre teorias e práticas em grande parte das escolas da área, recuperando um breve histórico do que podemos chamar de ensino crítico de arquitetura, que pretende direcionar as ações dos arquitetos e urbanistas para o enfrentamento da cidade real e das demandas da maioria da população. Identificando a extensão como um dos importantes elementos de transformação do ensino em AU, analisa os investimentos do PROEXT---Capacidades nos projetos de extensão contemporâneos ligados aos estudos urbanos e o progressivo crescimento de ações universitárias que contribuem para a consolidação do campo das assessorias técnicas em AU.

Palavras Chave: (extensão universitária, assessoria técnica, ensino---extensão, assistência técnica, ensino crítico, arquitetura e urbanismo)

ABSTRACT

The present article is inserted in the debates of the production of architecture and urbanism of social interest. In order to do so, it is part of the contextualization of urban precariousness related to the phenomenon of Brazilian urbanization, from which it presents a trajectory of professional experiences that contribute to the consolidation of the field of technical advisory services in architecture and urbanism. It then reflects on the relationship between teaching and extension in AU and the fragility of the interaction between theories and practices in most of the schools in the area, recovering a brief history of what we can call critical teaching of architecture, which aims to direct the actions of Architects and town planners to confront the real city and the demands of the majority of the population. Identifying extension as one of the important elements of transformation of teaching in AU, it analyzes the investments of PROEXT---Capacidades in contemporary extension projects related to urban studies and the progressive growth of university actions that contribute to the consolidation of the field of technical advisory services in AU.

Keywords/Palabras Clave: (university extension, technical assistance, teaching---extension, technical advisory services, critical education, architecture and urbanism)

INTRODUÇÃO

O presente artigo faz parte do escopo de uma pesquisa de doutorado em desenvolvimento no PPGAU---UFBA, que se dedica a identificar e reconstruir um histórico de experiências referenciais em extensão universitária na área da arquitetura e urbanismo, que procuraram consolidar a aproximação da formação técnica e política na referida área à atuação na cidade real e à problemática habitacional e urbana em que estão inseridas as populações pobres do país.

Esta reflexão sobre as experiências de ensino e extensão em arquitetura e urbanismo pretende reunir a análise de práticas promovidas pelas universidades que corroborem com o histórico de atuação das assistências técnicas como um conjunto de potenciais e conhecimentos, que, a um só tempo, aproximam teoria e prática, constroem a perspectiva de atuação direta da universidade na extensão dos conhecimentos produzidos por ela, e complementam a formação de estudantes e docentes sobre a prática profissional de Arquitetura e Urbanismo. Nesse sentido, pretende, sobretudo, contribuir para a construção de um campo teórico e analítico ampliado em torno das mesmas, visto que são aqui entendidas como importantes iniciativas que, entretanto, precisam ser melhor perscrutadas.

Este artigo não pretende apresentar a pesquisa em si, suas hipóteses e métodos, mas sim apresentar o escopo em que ela está se desenvolvendo e trazer as primeiras aproximações aos dados coletados junto ao MCidades referentes aos projetos de extensão universitária financiados através do PROEXT---Capacidades. Com a compreensão que por esse caminho pode iniciar um profícuo diálogo com as demais pesquisas desenvolvidas nessa área.

Para estruturar esse percurso iremos primeiramente realizar uma aproximação ao histórico das precariedades urbanas no Brasil, apresentando brevemente a densa bibliografia crítica já produzida sobre os fenômenos da urbanização brasileira. Na sequência percorreremos alguns momentos e experiências que podem ser considerados pontos de inflexão que acabam por configurar a trajetória de atuação profissional dos arquitetos e urbanistas brasileiros na perspectiva de enfrentamento de tal problemática. Na terceira parte do artigo traremos indícios identificados nas relações entre ensino e extensão em AU que se apresentam como possíveis marcadores para a formação de profissionais engajados na transformação de tais precariedades urbanas. Logo depois, focamos na apresentação de informações extraídas do banco de dados do Programa PROEXT---Capacidades, que se configura atualmente como a principal fonte de financiamento da extensão universitária ligada aos estudos urbanos no Brasil. Por fim, apresentamos reflexões críticas e apontamentos sobre os fazeres e saberes ligados à extensão universitária em AU no Brasil, tendo como perspectiva a implementação da lei 11.888/2008, a conhecida Lei das Assistências Técnicas.

HISTÓRICO DAS PRECARIIDADES URBANAS NO BRASIL

A precariedade das condições habitacionais e dos espaços urbanos periféricos em que habita a população pobre no país tem sido tema de inúmeros estudos no meio crítico acadêmico brasileiro, desde pelo menos os anos 1970. Existem muitas pesquisas e publicações que apresentam um grande universo de dados quantitativos e qualitativos demonstrando, comprovando e

problematizando tais condições², a partir das quais pode-se considerar que boa parte do espaço urbano é ocupado em função do acesso à propriedade e das condições de renda das classes sociais, cabendo aos mais pobres os espaços mais precários e menos valorizados (SANTOS, 1998, 2005, 2008; OLIVEIRA, 1982; MARICATO, 1979, 1996; VILLAÇA, 2001). Tais pesquisas apontam, de modo geral, dois principais fatores que implicaram nessas precariedades, seja do ponto de vista das condições de habitabilidade físicas, seja do ponto de vista da inserção urbana³: o crescimento urbano acelerado e desordenado, com grande fluxo de migração da população rural para as cidades num período de tempo relativamente curto, o que vai ocorrer no Brasil nas primeiras décadas do século XX, sobretudo com o início da industrialização, e o acesso à propriedade privada, normatizada como mercadoria desde a promulgação da lei das terras nos meados do século XIX. Nesse processo, a inserção na cidade das populações pobres, que não possuem recursos para adquirir terras e moradias dignas, mesmo nos loteamentos populares que emergem em profusão com as novas legislações urbanísticas (ROLNIK, 1997), as leva a adaptar-se a espaços e condições a que conseguem ter acesso, impossibilitados que estão de se localizar e usufruir das regiões urbanas melhor estruturadas (VILLAÇA, 2001).

Nesse contexto, a desigualdade se apresenta explicitamente nas diferenças tipológicas --- tanto habitacionais quanto urbanas --- nas cidades brasileiras, nas quais verifica-se que grande parte das habitações (e muitas vezes do próprio espaço urbano) em que moram os pobres foram e vem sendo produzida diretamente pelos seus usuários em processos de autoconstrução, na maioria das vezes com pouco ou nenhum suporte técnico especializado (SAMPAIO e LEMOS, 1978; MARICATO, 1979; SANTOS, 1982). Tal ausência é justificada pela falta de renda suficiente para a contratação de serviços especializados, o que, articulado à insuficiência de políticas públicas habitacionais e urbanas para essa demanda⁴, contribui para a produção continuada de moradias e espaços urbanos que, muitas vezes, não atendem às legislações vigentes e, principalmente, não atingem condições mínimas de habitabilidade.

Quanto ao universo de precarização que envolve os espaços de moradia dos pobres na cidade aqui focado, vale ressaltar que é nas grandes concentrações metropolitanas, sobretudo nas capitais, que se dá a maior concentração de espaços precários em que habitam as populações pobres, ainda que essa lógica se reproduza com o processo mais recente de crescimento das cidades médias.

“E o direito aos espaços públicos, típicos da vida urbana tradicional? Hoje, os espaços públicos (praias, montanhas, calçadas etc) foram impunemente privatizados.

² A partir do emblemático trabalho de Oliveira (1972), toda uma produção sobre os temas da pobreza e do espaço urbano ganha corpo no país, da qual participam também arquitetos e urbanistas e dentre os quais vale destacar: Sampaio e Lemos (1978); Kowarik (1979); Bonduki e Rolnik (1979); Maricato (1979); Valladares (1980, 1982), Santos (1981; 1982);

³ Quando utilizo o termo precariedades para qualificar os espaços urbanos e habitacionais, me refiro à ausência total ou parcial de infraestruturas que são consideradas básicas para uma vida digna na cidade. No espaço urbano: rede de esgotamento sanitário, redes de abastecimento de água e energia elétrica, sistema viário pavimentado, iluminação pública, boas condições de acesso à regiões comerciais e equipamentos públicos locais e urbanos. No espaço habitacional: tamanho e quantidade de cômodos, instalações hidráulicas, elétricas e de esgoto, condições de ventilação e iluminação naturais, condições estruturais, de cobertura e de acabamento das moradias. Essas condicionantes físicas básicas só contemplam efetiva qualidade de moradia na cidade quando se somam às boas condições de inserção urbana, que possibilitem o usufruto coletivo dos espaços e atrativos urbanos.

⁴ Os recursos públicos investidos em políticas habitacionais e urbanas, ao longo dos anos, têm sido direcionados, prioritariamente, para produção de novas unidades habitacionais e, sobretudo, para rendas mais solváveis para os financiamentos. Um exemplo disso é o Banco Nacional de Habitação (BNH) que, entre 1964 e 1989 construiu cerca 4,3 milhões de unidades habitacionais para camadas acima de 2 salários mínimos e obrigatoriamente celetistas.

Temos de comprar ar puro, os bosques, os planos de água, enquanto se criam espaços privados publicizados, como os playgrounds ou ainda, mais sintomático, os condomínios fechados que a gente rica justifica como necessários à sua proteção. O lazer na cidade se torna igualmente o lazer pago, inserindo a população no mundo do consumo. Quem não pode pagar pelo estádio, pela piscina, pela montanha e o ar puro, pela água, fica excluído do gozo desses bens, que deveriam ser públicos, porque essenciais.” (SANTOS, 1998:48)

As condições de vida das populações pobres na cidade se agravam, já que além de ocupar regiões urbanas precárias em moradias na maioria das vezes muito pequenas ou que não atendem às suas necessidades, não conseguem acessar livremente parte da infraestrutura urbana que deveria ser pública, de livre usufruto para todos, o que torna o circuito de espaços que podem usufruir na cidade bastante reduzido e na maior parte das vezes composto por espaços pouco qualificados.

“Notadamente, a segregação, a constituição de espaços periféricos e pobres permitindo a reprodução das relações de produção (que são as relações de classe), essa segregação constitui uma negação teórica e prática do urbano, mas enquanto tal, ela o revela.” (LEFEBVRE, 2008:86)

A negação do urbano identificada por Lefebvre com a segregação da pobreza nas cidades, tem como contraponto a possibilidade de produção de outras realidades urbanas, que vão ser apresentadas nas perspectivas do “direito à cidade”:

“O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade.” (LEFEBVRE, 1968:135)

A amplitude dos pensamentos do autor situa a vida na cidade em outra perspectiva, na qual não se reduzem os direitos urbanos apenas às condições infraestruturais e sim ao usufruto do “viver na cidade”, em que se coloca como questão fundamental as condições de inserção no urbano, como direito à participar da cidade, que como obra, significa um “que fazer” coletivo em curso, onde os habitantes da cidade se integram.

Entretanto, a cidade contemporânea e seus modos de gestão caminham em sentido contrário à essa concepção de cidade como “obra” coletiva, no sentido que Lefebvre articula ao “direito à cidade”. No contexto atual, aquilo que seria benefício e usufruto de todos, como bem público, transfere-se para o escopo das “parcerias público---privadas”, nas quais os interesses privados influem diretamente nos rumos da produção e dos usos dos espaços públicos, tendência que fortalece a concentração de renda e amplifica as condições de segregação espaciais já existentes.

“Tais articulações são implementadas pelos novos arranjos público---privados, que repassam para as grandes corporações nacionais não apenas as definições dos projetos, mas a produção desses equipamentos urbanos e bens públicos (...) bem como o papel de gestão do equipamento, sem a destituição da propriedade pública. Vão sendo, assim, definidos os novos conteúdos de espaços urbanos, que, crescentemente privatizados, transformam o sentido de “uso público” em “coletivo privado.” (GORDILHO---SOUZA, 2014:20)

Enquanto as cidades contemporâneas vão se construindo na reprodução dessa tensão complexa entre a acumulação concentrada e o abandono dos espaços precários dos pobres, sob a égide das “parcerias público---privadas”, as definições em relação aos espaços urbanos que devem receber investimentos e sofrer intervenções são direcionadas pelos interesses de grupos e corporações que objetivam lucros, de modo que aos habitantes dos espaços precários, direciona---se pouca ou nenhuma atenção, e ainda, quando ela existe: ou significa a desocupação violenta de áreas valorizadas, ou intervenções pontuais e na maioria das vezes insuficientes.

A INSTITUCIONALIZAÇÃO PROFISSIONAL DO ARQUITETO E URBANISTA, POLÍTICAS PÚBLICAS E AS PRECARIIDADES URBANAS E HABITACIONAIS

Como contraponto a esse processo, podemos levantar os poucos mas significativos avanços históricos conquistados até hoje, no Brasil, no sentido da garantia do “direito à cidade”, que apontam para mobilizações coletivas, envolvendo movimentos sociais dos quais participaram diferentes segmentos da sociedade --- Movimento pela Reforma Urbana, Movimento dos Sem Teto, Movimentos de Moradia, para citar alguns ---, que obtiveram alguns avanços institucionais, com a aprovação de leis federais como o Estatuto da Cidade e a Lei das Assistências Técnicas, que, embora possam ser consideradas grandes conquistas legais, ainda carecem de regulamentação e até o momento pouco impactaram o desenvolvimento urbano real (MARICATO, 2011; OSORIO, 2002).

Frente à complexa realidade introduzida panoramicamente na seção anterior, de cidades com amplas ocupações urbanas precárias, nas quais grande parte da população habita moradias com baixa qualidade arquitetônica, e a partir dos desdobramentos trazidos pelas mobilizações sociais em torno das questões urbanas e habitacionais no país, um conjunto de experiências individuais e coletivas se desenvolveram a partir de meados do século passado, e se apresentam, ainda hoje como alternativas de atuação para o que se convencionou chamar de arquitetura e urbanismo de interesse social⁵.

A necessidade de realizar intervenções urbanísticas e habitacionais nas áreas de moradia da população pobre da cidade, acaba sendo reconhecida como política pública a partir do crescimento das demandas da população e dos próprios assentamentos, em um contexto histórico em que predomina a postura de erradicação de favelas e assentamentos precários. Desde as primeiras ações estatais frente à questão habitacional no país, na década de 1940, estas vão se caracterizar prioritariamente pela construção de novos conjuntos habitacionais, com moradias padronizadas, então voltadas para a emergente classe de trabalhadores institucionalizados por categorias profissionais. Essa postura ganha fôlego e se torna o modo prioritário de intervir junto às camadas populares e seus espaços de moradia no período subsequente, com a criação da Fundação da Casa Popular, que propõe a existência de fundos federais específicos para a ampliação do crédito imobiliário, proposta que entretanto atingiu

⁵ A concepção de arquitetura e urbanismo de interesse social, é aqui entendida como campo que vai se constituir a partir dos projetos e intervenções urbanas destinadas à população pobre e às regiões da cidade em que ela habita, sobretudo a partir dos anos 1960, consolidando---se nos anos 1990 e vindo a se configurar como um setor da atuação profissional com legislação, políticas públicas e formas de financiamento próprios.

resultados pouco significativos (BONDUKI, 1998). A tal *modus operandi* se associa a implementação e consolidação das práticas remocionistas direcionadas ao “problema da favela” (VALLADARES, 2005; PULHEZ, 2007; ROSA, 2009).

É apenas a partir da década de 1960, período de emergência de movimentos sociais e urbanos no país, que ocorrem as primeiras intervenções urbanísticas que vão caminhar no sentido de entender as regiões consideradas precárias como viáveis de intervenção e constituição do espaço urbano. Nesse período, destacam-se as intervenções do SERFHA – Serviço Especial de Favelas e Habitações AntiHigiênicas no Rio de Janeiro, ou, em outro contexto, mais ligado à mobilização social, do MUD – Movimento Universitário de Desfavelamento, em São Paulo, que irão atuar em projetos de remoção e assessoria à população favelada (PULHEZ, 2007). Em 1968, com a criação da CODESCO – Companhia de Desenvolvimento de Comunidades no Rio de Janeiro, são implementadas as primeiras propostas institucionais para a participação popular na urbanização de favelas, experiência que tem a urbanização da Favela Brás de Pina como a mais emblemática, sobretudo, no que diz respeito a reflexão aqui apresentada, pela perspectiva de assessoramento técnico às populações na produção do espaço urbano e habitacional que tal experiência introduz de maneira mais sistemática no país (SANTOS, 1981).

Salienta-se ainda a atuação, nesse período, dos movimentos sociais pelas reformas de base, nas quais situam-se as discussões em torno da habitação e da problemática urbana, que resultaram na realização do Seminário de Habitação e Reforma Urbana (SHRU), promovido em 1963 pelo Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), onde foram discutidas propostas para novas políticas habitacionais e urbanas (BONDUKI E KOURY, 2010).

Entretanto, esse movimento em prol de mudanças sociais sofrerá um hiato com o recrudescimento da repressão política a partir da instauração da ditadura militar, afetando aqueles nascentes processos de participação popular e urbanização de favelas, que são abruptamente interrompidos. A ampliação periférica da pobreza se dá de modo exponencial nesse período e os movimentos sociais urbanos voltam a se fortalecer no contexto da redemocratização. No que tange às questões habitacionais e urbanas, é a partir de meados da década de 80 que, a partir dessa renovada mobilização social no contexto urbano, vão emergir iniciativas ligadas às universidades – os laboratórios de habitação – que vão atuar como assistência técnica junto à população habitante de regiões precárias, trazendo para a pauta, novamente, a participação popular na elaboração – e agora também na execução – de projetos urbanísticos e habitacionais.

“Se, por um lado, é no contexto de um certo relaxamento – ou escoamento – do torniquete militar que surgem os novos movimentos populares e, entre eles, um Movimento de Moradia numa cidade como São Paulo, por outro lado a possibilidade de uma presença mais ‘orgânica’ de técnicos junto a estes movimentos tem um momento significativo com a criação, em 1982, do Laboratório de Habitação da Escola de Belas Artes de São Paulo” (LOPES, 2011:51)

Os acúmulos ligados às experiências dos laboratórios de habitação, o fortalecimento dos movimentos sociais urbanos e do movimento pela reforma urbana, somados à primeira gestão do Partido dos Trabalhadores na prefeitura da cidade de São Paulo, reúnem as condições favoráveis para o que pode ser considerado o período mais fértil com relação à atuação e consolidação da prática de assistência técnica no país, a partir da constituição de

organizações não governamentais que passaram a atuar como assessorias técnicas⁶ junto aos movimentos por moradia, na produção habitacional através do regime de mutirão autogestionário⁷. Essas experiências acabariam por reverberar em muitas outras cidades brasileiras, tendo proposições baseadas nas assessorias técnicas e mutirões autogestionários paulistanos sido implementadas em locais tão diversos como Fortaleza ou Belo Horizonte⁸, para citar algumas cidades onde esse desdobramento se deu.

“Nesse contexto, se consolidam em São Paulo as assessorias técnicas aos movimentos de moradia, em uma conjuntura na qual arquitetos e urbanistas se posicionavam como atores importantes nos debates sobre a construção democrática, propondo novas formas de projeto e produção de moradia popular, a partir da aproximação entre “especialistas” e a população, experimentando metodologias e ampliando as perspectivas de atuação entre saberes técnicos e saberes populares.” (ROSA, 2015, mimeo)

Salienta-se, na experiência das assessorias técnicas em São Paulo, uma gama considerável de inovações no que se refere ao enfrentamento da problemática habitacional, tais como: aproximação entre movimentos populares e técnicos⁹, o desenvolvimento de metodologias projetuais participativas, a gestão compartilhada da obra e a organização autogerida do canteiro dos mutirões, assim como a capacitação da mão de obra mutirante e a pesquisa e aplicação de materiais e tecnologias mais apropriados a tais processos. Ao fim da gestão de Luiza Erundina na prefeitura de São Paulo, a política dos mutirões diminui muito seu ímpeto e, na década seguinte, tem uma redução contínua, o que não impede sua disseminação no imaginário de profissionais e nas escolas espalhadas pelo país como perspectiva de atuação de arquitetura e urbanismo de interesse social, fazendo-se reverberar como influência de práticas, metodologias e forma de atuação para diferentes iniciativas posteriores em todo território nacional.

Será a partir da gestão do Partido dos Trabalhadores no governo federal, com a criação do Ministério das Cidades, em 2003, do novo Sistema Nacional de Habitação e do Fundo Nacional de Habitação que se renovarão as perspectivas em torno da atuação em assistência técnica no país, sobretudo com o desenvolvimento dos Planos Locais de Habitação de Interesse Social por todo o país. Em 2008, amparada por uma ampla discussão nacional, é aprovada a Lei Federal 11.888 da Assistência Técnica Gratuita, que garante apoio técnico para habitação de interesse social¹⁰.

⁶ Vale ressaltar aqui o conhecimento entre parte dos técnicos e lideranças populares envolvidas nesse processo em São Paulo das experiências das cooperativas de viviendas uruguaias e seus institutos de assessoria técnica, o que acaba exercendo influência nos modelos adotados e no imaginário autogestionário existente nesse momento.

⁷ Sobre a questão das assessorias técnicas e dos mutirões autogestionários, ver: Arantes (2002); Lopes (2011)

⁸ Sobre as experiências em São Paulo, Belo Horizonte e Fortaleza ver a pesquisa coordenada pela USINA – CTAH no escopo do PROGEST – Procedimentos Inovadores de Gestão da Produção Habitacional para População de Baixa Renda.

⁹ Quanto a essa aproximação entre movimentos populares e saberes técnicos, vale ressaltar a atuação de algumas prefeituras municipais que tinham nesse período gestões progressistas e que se destacaram no sentido de desenvolver amplos processos de participação popular na gestão da cidade, como é o caso de Santo André e Porto Alegre.

¹⁰ As iniciativas institucionais para implementação de assistências técnicas por prefeituras encontram aparato legislativo pioneiramente em Porto Alegre, que desde o final da década de 1970 já contava com o Programa Assistência Técnica para Moradia Econômica (ATME), criado na gestão de Clóvis Ilgenfritz à frente do Sindicato dos Arquitetos do Rio Grande do Sul (Saergs) e que tem continuidade na gestão de Zezéu Ribeiro no mesmo órgão, o qual posteriormente, já como deputado federal, será o proponente da referida Lei 11.888.

Embora aprovada com o propósito de disseminar a concepção de assistência técnica para a produção de moradias populares, tal lei ainda carece de regulamentação, já que não determina os fundos para sua aplicação (proposta contida no Projeto de Emenda Constitucional --- PEC da moradia, que atualmente não tem previsão de votação).

Paradoxalmente, ainda em 2008 inicia-se uma significativa mudança na atuação do Ministério das Cidades e do governo federal em relação às políticas urbanas e habitacionais no país, com o lançamento do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), o qual flexibiliza diretrizes do próprio MCidades em relação à problemática da habitação de interesse social no país. O programa prevê a construção de unidades habitacionais pela iniciativa privada, a partir de financiamento público, e acaba se configurando como o retorno da produção massiva de habitações padronizadas, com muitas situações de baixa qualidade arquitetônica e urbana. O PMCMV Entidades, que se colocava como uma alternativa direcionada a grupos organizados e que poderia fortalecer a ação das assistências técnicas, acabou se configurando como residual, atingindo menos de 3% do recurso destinado ao MCMV¹¹.

Dentre as atuações do MCidades que se desenvolveram após 2008, destaca-se o Programa Nacional de Capacitação das Cidades – Capacidades, que tem uma importante linha de atuação no PROEXT – Programa de Apoio à Extensão Universitária, em parceria com o Ministério da Educação, que seleciona e financia propostas de atividades de extensão desenvolvidas por universidades e outras instituições federais de ensino direcionadas diretamente à atuação junto a problemática urbana, o que acaba viabilizando uma diversificada frente de atuação espalhada pelo território nacional em que pode-se vislumbrar --no que se refere às propostas das escolas de arquitetura e urbanismo --- vinculações com o desdobramento do campo de atuação das assistências técnicas, tema que será abordado mas a frente.

Na tentativa de contribuir para esse campo de debates em torno das reflexões e ações interessadas nos avanços das relações entre ensino e extensão em AU, identifiquei aportes teóricos em alguns pressupostos pedagógicos de Paulo Freire e Célestin Freinet, através dos quais se evidencia a importância do fortalecimento da relação entre teoria e prática no ensino de arquitetura e urbanismo para tratar das intervenções em áreas urbanas precárias. Ambos os teóricos citados têm aproximações, em sua produção, quanto à compreensão do trabalho como objeto transformador do mundo, de onde deriva a perspectiva educativa transformadora. E é exatamente na relação entre teoria e prática que incide a possibilidade para que os educandos “se assumam como seres do ‘que fazer’ — da práxis. Vale dizer, como seres que, transformando o mundo com seu trabalho, criam o seu mundo.” (FREIRE, 1982:17)

E é nessa relação entre o fazer e o refletir sobre o realizado que é possível identificar uma perspectiva de atuação dos arquitetos e urbanistas como potenciais agentes transformadores das cidades. Segundo esses teóricos da educação, sem esse vínculo entre o aprender e o fazer, entre o fazer e o aprender, ou entre o fazer aprendendo e o aprender fazendo que implica na reflexão contínua sobre o ato realizado ---, não se encontra alternativa de transformação.

“A teoria sem a prática vira 'verbalismo', assim como a prática sem teoria, vira ativismo. No entanto, quando se une a prática com a teoria tem-se a práxis, a ação criadora e modificadora da realidade.” (FREIRE, 2000)

¹¹ Para uma abordagem crítica e aprofundada sobre o Programa Minha Casa Minha Vida ver, entre outros, Shimbo (2010); Cardoso (2013); Santo Amore, Shimbo e Ruffino (2015).

A partir desse entendimento pedagógico, se faz possível categorizar as ações de ensino e extensão na formação de arquitetos e urbanistas e identificar a potencialização dessas ações formativas que fazem interagir teoria e prática, ou, ao menos, mapear se essa formação se constitui na perspectiva de transformação das condições atuais de produção da moradia popular e das cidades, de modo mais amplo. Trata-se, nesse sentido, de considerar que, para os arquitetos e urbanistas, “como seres humanos, como seres da práxis, transformar o mundo, processo em que se transformam também, significa impregná-lo de sua presença criadora, deixando nele as marcas de seu trabalho” (FREIRE, 1982:55).

Nesse sentido, com base nas ideias de Paulo Freire ligadas aos processos educativos --- pelos quais a ação humana é entendida como ação transformadora da realidade, resultado da ação dos homens e mulheres no mundo que devem se direcionar para humanizar as relações e os espaços em que vivem, construindo um novo patamar de interações sociais ---, somadas às contribuições de Freinet (1998) --- que propõe que os processos educativos, assim como a vida real, devam ser balizados pelo poder transformador do trabalho e, a partir dessa prerrogativa, introduz o trabalho como cerne de tais processos educativos ---, nos propomos apreender as práticas de extensão que atuam diretamente com regiões urbanas precárias como um possível cerne dos processos educativos que formariam profissionais capazes de atuar frente à transformação das precariedades urbanas.

O que apresento aqui na relação ensino e extensão considera, como uma de suas hipóteses, que a conexão teórico---prática no ensino em arquitetura e urbanismo, possivelmente se constitui como um ‘atalho pedagógico’ para a aproximação dos arquitetos e urbanistas de sua função social, no sentido de atuar junto às soluções urbanas e habitacionais direcionadas para a maioria da população, na busca da melhoria da qualidade das suas moradias e das suas cidades. Nesse sentido, se faz necessário verificar se e como a conexão entre teoria e prática em atividades em um canteiro de obras, o “ir a campo” em atividades de levantamento e desenvolvimento de projeto ou ainda em oficinas de trocas de saberes e participação popular junto à habitantes de moradias e regiões urbanas precárias, entre outras atividades práticas, pode inserir os participantes dessas experiências nas dimensões técnicas e políticas da arquitetura e do

urbanismo, gerando outras possibilidades de aprendizagem e de apreensão da realidade em que está inserida a profissão.

Considero que entre outras questões, a maior aproximação entre teoria e prática --- como cerne dos processos formativos --- se coloca como um elemento central na composição de uma necessária perspectiva de transformação do ensino de AU, de forma a tensionar as práticas profissionais hegemônicas ligadas à provisão habitacional das classes abastadas e a potencialização dos ganhos do mercado imobiliário. Embora seja inevitável considerar como minoritárias em termos da formação acadêmica do arquiteto e urbanista, essa perspectiva de ação profissional e formação crítica tem se consolidado progressivamente no país. Encontramos alguns indícios publicados em trabalhos de forma dispersa para uma reconstrução histórica do ensino crítico de AU no Brasil, iniciativas que de forma mais ou menos isoladas acabam não tendo continuidade mas que fazem ebulir em momentos e escolas distintas a conexão entre os saberes e fazeres de arquitetura e os saberes e fazeres populares.

“A história do ensino crítico de Arquitetura, que pretendeu questionar a atuação profissional hegemônica e estabelecer uma nova relação com a

realidade, com a técnica e com as necessidades da maioria da população, formulando para isso uma pedagogia própria, ainda precisa ser escrita. É certo que ela foi muito combatida e quase todas as experiências acabaram violentamente interrompidas. Essa história começa, ao menos, em 1962, na UNB, com Mayumi e Sérgio Souza Lima organizando o curso de Arquitetura a convite de Darcy Ribeiro. Após o golpe, a Universidade sofreu intervenção militar e o curso é fechado. Sérgio e Mayumi transferem-se para a FAU---Santos e juntos com Sérgio Ferro e Francisco de Oliveira, entre outros, elaboram uma nova estrutura de ensino – outra iniciativa abruptamente encerrada. Mayumi segue para São José dos Campos, formando, no início dos anos 70, com Siegbert Zanettini, Dalton de Luca e outros colegas, o Instituto de Artes, Arquitetura e Comunicação, que também é fechado em 1976, quando Rodrigo Lefèvre também era professor da escola. O Laboratório da Belas---Artes não foge a essa regra e, mais recentemente, em 2000, a Unitau (Universidade de Taubaté) demitiu sumariamente um grupo de professores que pretendia realizar transformação semelhante no ensino.” (Arantes, 2002)

Na década de 80, durante o processo de redemocratização algumas iniciativas se destacam nas escolas de arquitetura na tentativa de conectar teoria e prática, interagir técnicos com movimentos sociais, desenvolver metodologias de projeto participativo e implementar materiais, sistemas construtivos e tecnologias alternativas para a produção de habitação popular. São os laboratórios de habitação, que vão se estruturar com diferentes configurações em várias escolas do país, entre outras iniciativas destaco pelo pioneirismo: o Laboratório de Habitação da Faculdade das Belas Artes que funcionou entre 1982 e 1986, e o Laboratório de Habitação da Unicamp que desenvolveu atividades de 1986 até seu fechamento em 2001 (PULHEZ, 2007).

Será a partir de meados da década de 1990 que diversas experiências começam a surgir nas escolas de arquitetura em torno da busca de maior contato com a realidade das cidades brasileiras e do desenvolvimento de atividades práticas, iniciativas de organização estudantil que se conformam como embriões do que se convencionou chamar, pelo próprio movimento estudantil, de Escritórios Modelo de AU. Uma profusão de experiências nesse sentido surgem ao longo dos anos 2000, processo que permanece em desenvolvimento até os dias de hoje em escolas espalhadas em todo o território nacional, contemplando diferentes arranjos e especificidades. Ainda em 1997 é realizado em Maceió o I SENEMAU – Seminário Nacional de Escritórios Modelos de Arquitetura e Urbanismo, evento que é organizado pela FENEA – Federação Nacional de

Estudantes de Arquitetura e Urbanismo com edições anuais, e que desempenha um importante papel de proporcionar a troca de experiências, a disseminação e desenvolvimento de metodologias próprias. A despeito dessas experiências muitas vezes não conterem a institucionalização necessária para o enquadramento formal como atividades de extensão universitária, e portanto não fazem parte das atividades oficiais dos cursos em que estão inseridas, acabam impactando de forma significativa a formação de muitos estudantes que se envolveram em tais processos durante esse período.

No bojo dessas iniciativas que procuram interagir teoria e prática no ensino de arquitetura, novos projetos de extensão ganham campo nos cursos de AU e muitos deles encontram a partir de 2009 no PROEXT---Capacidades um importante meio de viabilizar suas atividades, um exemplo significativo, nesse sentido, é a experiência da primeira residência profissional em arquitetura e urbanismo no Brasil, a denominada: Residência em Arquitetura, Urbanismo e

Engenharia AU + E que vem sendo desenvolvida no âmbito da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFBA, e que se instituiu como uma especialização profissional que pretende, através da extensão universitária, formar profissionais para atuar com assistência técnica, ao mesmo tempo que viabiliza intervenções projetuais a partir da assessoria a populações moradoras de regiões urbanas precárias (Gordilho---Souza, 2014).

PROEXT – CAPACIDADES E A EXTENSÃO EM AU

O Programa Nacional de Capacitação das Cidades – Capacidades, desenvolvido pelo MCidades, tem como linhas de atuação: o apoio institucional para implantação de sistemas de informação nas cidades; a realização de atividades de formação para gestores, técnicos e integrantes de conselhos municipais; a publicação de conteúdos referenciais ao tema urbano e; a implementação do PROEXT – Programa de Apoio à Extensão Universitária, em parceria com o Ministério da Educação, que seleciona e financia propostas de atividades de extensão desenvolvidas por universidades e outras instituições federais de ensino direcionadas diretamente à atuação junto a problemática urbana, com uma ampla gama temática. Esta frente de financiamento de atividades de extensão vem se desenvolvendo de forma sistemática desde 2009 e tem reunido uma grande diversidade de iniciativas espalhadas por todo o território nacional, com destaque para propostas empreendidas por faculdades de arquitetura e urbanismo, direcionadas para a atuação em regiões urbanas e habitações precárias.

Pelo foco deste trabalho, entre as diferentes frentes de ação do Capacidades irei me concentrar no programa que envolve a extensão universitária. Segundo o site do MCidades o PROEXT “é um instrumento que abrange projetos de extensão universitária, com ênfase na capacitação de agentes públicos e sociais e no desenvolvimento de ações de apoio ao setor público municipal e estadual que visem ao desenvolvimento institucional e à implementação de sistemas de informações que permitam a elaboração de planos e projetos de desenvolvimento urbano, conforme as disposições do Estatuto da Cidade e na perspectiva da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano.”

O programa tem seu embrião em um edital lançado em 2009, que marca o início da parceria entre os Ministérios da Educação e da Cidades, naquele ano o programa ainda chamado de PROEXT MEC/Cidades financiou projetos relacionados à capacitação e implementação de tecnologias de georeferenciamento de informações voltadas para o apoio à gestão urbana, tendo contemplado 18 projetos de diferentes instituições de ensino espalhadas em 13 estados brasileiros, com o aporte total de recursos de R\$ 894.255,00. Nos anos seguintes a parceria entre os ministérios

assim como o próprio significado e localização da extensão universitária dentro do MCidades vão se desenvolvendo e o aporte de recursos mais do que dobra em 2010, chegando a R\$ 1.902.606,04 dedicados ao financiamento de 33 projetos que abrangem 14 estados, momento em que o programa já é batizado como PROEXT/Capacidades. O pico de investimentos e projetos contemplados em tal programa acontece no ano seguinte, em 2011, quando os recursos investidos saltam para R\$ 5.122.800,04 correspondentes a 59 projetos aprovados em 17 estados. Em 2012 não são realizados editais e em 2013 os recursos e números de projetos tem uma redução e a partir daí se mantém estável em 2014 e 2015 ficando entre 3 e 4 milhões de reais. Já no contexto da crise política e econômica em 2016

acontece mais uma redução dos investimentos que ficam em 2 milhões de reais dedicados a apenas 11 projetos. Conforme podemos observar na tabela a seguir:

DADOS PROEXT/CAPACIDADES					
	Projetos Enviados	Projetos Aprovados	Nº Estados Contemplados	Nº Instituições Contempladas	Recursos investidos
2009	*18	18	13	18	R\$ 894.255,00
2010	*33	33	14	23	R\$ 1.902.606,64
2011	117	59	17	29	R\$ 5.122.800,04
2013	117	39	15	26	R\$ 3.983.624,78
2014	84	35	16	21	R\$ 3.187.521,97
2015	99	27	13	24	R\$ 4.433.551,20
2016	108	11	8	11	R\$ 2.000.835,83
Totais	525	223	R\$ 21.525.195,46
*não existem dados disponíveis nos sites consultados sobre a quantidade total de projetos enviados nestes anos. Nestes quadros foram replicados os números de projetos aprovados.					
Dados extraídos das listagens dos resultados dos editais publicadas pelo MEC e MCidades nos sites dos dois Ministérios. Montagem realizada pelo autor.					

Como podemos perceber pelos dados expressos na tabela, o programa que em 2009 surge chamado de MEC/Cidades e em 2010 passa a chamar PROEXT/Capacidades, segue sua consolidação nos anos seguintes e abarca um total de 525 propostas todas enviadas no tema Desenvolvimento Urbano. Esse era apenas um dos temas do PROEXT no MEC --- exatamente o que conecta os dois ministérios aqui citados --- que no financiamento de projetos de extensão em várias outras áreas acaba abrangendo uma quantidade muito maior de projetos e recursos. Nos restringiremos aqui num recorte do PROEXT/MEC que define sua relação com o MCidades, no qual foram aprovados um total de 223 projetos de instituições de ensino superior que receberam R\$ 21.525.195,46 para realizar as atividades de extensão selecionadas entre os anos de 2009 e 2016 e que estão ligadas diretamente ao tema “Desenvolvimento Urbano”.

Com as propostas encaminhadas entre 2009 e 2013 e o desenvolvimento do programa de apoio à extensão universitária dentro do MCidades, o ministério tem em mãos um levantamento sobre as demandas universitárias que lhe foram apresentadas, o que viabiliza que o grande tema “Desenvolvimento Urbano” ao qual eram alocados todos os projetos até 2013 fosse dividido em subtemas a partir de 2014, na tentativa de contemplar melhor a diversidade existente nas propostas de extensão universitária ligadas ao urbano. No novo formato as propostas encaminhadas devem estar inscritas no tema “Desenvolvimento Urbano” e em um dos seguintes subtemas: 1 --- Gestão de Projetos Urbanos; 2 --- Cadastro Territorial Multifinalitário; 3 --- Mobilidade Urbana; 4 --- Acesso à Terra Urbanizada; 5 --- Saneamento Ambiental; 6 --- Habitação; 7 --- Trânsito.

Podemos verificar na tabela abaixo a distribuição de projetos nos subtemas a partir de 2014:

Tabela de distribuição de projetos PROEXT/Capacidades por subtemas								
Subtemas	2014		2015		2016		Totais	
	enviadas	aprovadas	enviadas	aprovadas	enviadas	aprovadas	enviada	aprovadas
Gestão de Projetos	5*	0	0	0	27	1	27	1
Cadastro Territorial Multifinalitário	15	5	12	2	11	0	38	7
Mobilidade Urbana	8	2	14	3	16	3	38	8
Acesso à Terra Urbanizada	17	14	20	9	5	1	42	24
Saneamento Ambiental	21	9	22	7	18	3	61	19
Habitação	14	5	24	4	23	3	61	12
Trânsito	4	0	7	2	8	0	19	2
Totais	84	35	99	27	108	11	286	73
* o Subtema Gestão de Projetos Urbanos não existia em 2014 e sim "Prevenção de Desastres" que recebeu 5 propostas e não aprovou								
Dados extraídos das listagens dos resultados dos editais publicadas pelo MEC e MCidades nos sites dos dois Ministérios. Montagem								

A despeito de outras abordagens possíveis dessas informações, pretendo aqui salientar a grande variedade de proposições de extensão que os editais do programa recebeu, além do volume de aporte financeiros dedicados para a extensão junto ao urbano, realizado de forma sucessiva entre os anos de 2009 e 2016, o que configura um importante campo de estudos no sentido de compreender seus desdobramentos nas universidades e nas regiões urbanas onde ocorreram.

No que tange a linha argumentativa aqui enunciada, que se refere à relação ensino e extensão em arquitetura e urbanismo na composição entre atividades teóricas e práticas direcionadas para a atuação junto à problemática das precariedades urbanas, é possível identificar que embora todos os subtemas apresentem possíveis relações com essa abordagem, dois deles em específico merecem destaque de acordo com as demandas tradicionalmente abordadas no histórico descrito na sessão anterior pelas experiências de atuação profissional e ensino crítico de AU, sendo eles: "acesso à terra urbanizada" e "habitação".

Considerando esses dois subtemas como os mais privilegiados para as ações de extensão em arquitetura e urbanismo direcionadas para a interação entre atividades práticas e teóricas voltadas para o enfrentamento das precariedades urbanas no escopo de atuação das assistências técnicas, vale destacar a grande incidência que representam em relação ao volume total de propostas apresentadas ao grande tema "Desenvolvimento Urbano". Juntos, os subtemas "Acesso à terra urbanizada" e "Habitação" representam nos anos de 2014, 2015 e 2016, 103 propostas apresentadas ou 36% do total e 36 propostas aprovadas ou 49% do total.

Essa grande quantidade de propostas enviadas e aprovadas nos dois subtemas dão indícios da relevância dos mesmos, assim como da consolidação de tais temas como parte importante dos conteúdos abordados nas ações de extensão universitária. No levantamento das informações disponíveis, nas listas publicadas pelos ministérios, como resultados dos editais PROEXT/Capacidades é possível verificar a instituição a que a proposta está vinculada e o nome do docente responsável pela mesma, cruzando essas informações com os dados da plataforma Lattes percebemos que das 103 propostas apresentadas nos dois subtemas, 55 foram encaminhadas por docentes alocados em escolas de arquitetura.

A partir da aplicação dos seguintes filtros junto ao banco de dados do PROEXT/Capacidades: reporte temporal dos três anos em que existiram os subtemas no programa; seleção das propostas encaminhadas nos subtemas “Acesso a terra urbanizada” e “Habitação”; cruzamento das informações do professor responsável com os dados da plataforma Lattes, chegamos ao resultado de um total de 55 propostas de projetos de extensão universitária encaminhadas por escolas de arquitetura para o Capacidades. Tal dado parece indicar tanto a significativa intenção de desenvolvimento de ações de extensão sobre esses temas pelas escolas de arquitetura e urbanismo, quanto a importância que o Programa PROEXT/Capacidades acabou desempenhando para a viabilização das mesmas, o que aponta para novas perspectivas de estudo sobre o desenvolvimento de tais ações extensionistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se por um lado apresentamos a caracterização das precariedades urbanas existentes no padrão de urbanização brasileiro, no qual a maior parte da população não tem acesso às boas condições habitacionais e a espaços e equipamentos urbanos qualificados em função do seu baixo poder aquisitivo, visto que o acesso a esses bens é normatizado e valorizado como mercadoria, o que proporciona que só as camadas sociais mais abastadas possam usufruir de tais condições de moradia, de espaços e equipamentos urbanos qualificados. Por outro percebemos que tradicionalmente os cursos de arquitetura e urbanismo não destinam uma quantidade de conteúdos adequada ao necessário enfrentamento daquelas precariedades, que consideramos ser o maior desafio da arquitetura e do urbanismo brasileiros.

Como a maioria da população que convive cotidianamente com as precariedades urbanas e habitacionais não tem recursos para contratar serviços técnicos especializados, constrói seus espaços de vida da forma como consegue e com os poucos recursos de que dispõe. Ao mesmo tempo boa parte dos arquitetos não vê a atuação junto a esse público como uma forma viável de sobrevivência profissional, o que acaba por fortalecer um ciclo de escassez e precariedade. Boa parte da população nem sabe o que faz um arquiteto e boa parte dos arquitetos não tem ideia de como trabalhar numa favela.

Essa reflexão está balizada pelo necessário desenvolvimento da arquitetura e urbanismo de interesse social, e a partir disso dedica o olhar para processos de formação acadêmica que possam corroborar para o fortalecimento desse campo de atuação profissional. Para tanto identificamos que a consolidação de um ensino crítico de arquitetura tem relação direta com a implementação de ações de extensão que permitam interagir prática e teoria, saberes técnicos e saberes populares, em ações desenvolvidas em regiões urbanas reais nas quais se integram diferentes agentes, e que acabam por contribuir com a formação e transformação de todos os envolvidos em tais processos.

Como vimos anteriormente não se trata de ideia nova, já que um volume de experiências desenvolvidas em diferentes épocas tangenciaram as mesmas perspectivas conformando indícios de um significativo histórico, mas nos parece que frente a uma demanda urbana tão abrangente devemos estruturar ações mais duradouras e nesse sentido os processos formativos, as escolas de arquitetura, são espaços muito privilegiados para o desenvolvimento de tais ações que obviamente pretendem impactar a formação em AU de forma mais abrangente.

Para tanto é muito importante reconhecer e analisar as experiências existentes, que compõem um processo progressivo não linear de implementação do ensino crítico de arquitetura que corrobora para o fortalecimento do campo de atuação das assessorias técnicas. Nos parece que frente a um momento político tão incerto, onde não só as políticas de fomento à extensão universitária estão em risco, se não a própria existência da universidade pública brasileira, a transformação da relação universidade/sociedade --- para qual tanto contribuem os projetos de extensão --- nunca foi tão urgente.

REFERÊNCIAS

- ARANTES, Pedro Fiori. *Arquitetura Nova*. Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigas aos mutirões. São Paulo: Editora 34, 2002.
- ARTIGAS, Vilanova. *A função social do arquiteto*. São Paulo: Fundação Vilanova Artigas: Editora Nobel, 1989.
- BECKER, Howard S. *Métodos de pesquisas em ciências sociais*. São Paulo: Hucitec, 1992.
- BONDUKI, Nabil. "Do Projeto Moradia ao Programa Minha Casa Minha Vida". *Teoria e Debate*, v. 82, maio/jun. 2009, p. 8--14.
- _____. *Origens da Habitação Social no Brasil*. São Paulo: Estação Liberdade/FAPESP, 1998.
- BONDUKI, Nabil; ROLNIK, Raquel. "Periferias: ocupação do espaço e reprodução da força de trabalho". *Caderno de Estudos e Pesquisas Fupam*. São Paulo: FAU-USP, 1979.
- BONDUKI, Nabil; KOURY, Ana Paula. "Das reformas de base ao BNH: as propostas do Seminário de Habitação e Reforma Urbana". *Arquitextos*, 120.02, ano 10, 2010.
- CARDOSO, Adauto (Org.). *O Programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.
- FERRO, Sérgio. *Arquitetura e trabalho livre*. São Paulo: Cosac Naify, 2006. FREINET, Célestin. *A educação pelo trabalho*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- _____. *Para uma escola do povo*. Lisboa: Editorial, 1969.
- FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. 6. ed., São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- _____. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- _____. *Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. 1ª Ed. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- GORDILHO---SOUZA, Angela. "Cidade seletiva e exclusividade urbana: megaeventos, grandes projetos e a Copa 2014 em Salvador". In: CARVALHO, I.M; SILVA. S.B.M.; GORDILHO---SOUZA, A.; PEREIRA, G.C.(Orgs.) *Metrópoles na Atualidade Brasileira: transformações, tensões e desafios na Região Metropolitana de Salvador*. Salvador: EDUFBA, 2014.
- GORDILHO---SOUZA, Angela. "LabHabitar e Residência AU+E/UFBA: do laboratório à prática, pelo direito à arquitetura, à habitação digna e à cidade". In *urbBA 14 – Cidades, Urbanismo e Urbanidade: construindo conceitos e práticas*. Anais...Salvador, 5, 6 e 7 de novembro. 2014
- GORDILHO---SOUZA, Angela. "Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia: experiência inovadora em ensino, pesquisa e extensão". In *7º PROJETER –*

Originalidade, criatividade e inovação no projeto contemporâneo: Ensino pesquisa e prática. Anais... Natal, 30 de setembro a 02 de outubro de 2015.

KOWARICK, Lúcio. A espoliação urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. LEFEBVRE, Henri. Espaço e Política. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

_____. O Direito à Cidade. São Paulo: Editora Moraes Ltda, 1991 (original de 1968).

LOPES, João Marcos de Almeida. Sobre Arquitetos e sem tetos – técnica e arquitetura como prática política. Tese (Livre Docência). IAU – USP, São Carlos, 2011.

MARICATO, Erminia (org.). A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

_____. MetrÓpole na periferia do capitalismo. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. O impasse da política urbana no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2011.

MARTINS, Maria Lúcia Refinetti. “Laboratórios acadêmicos de pesquisa e extensão, políticas urbanas e prática profissional”. In IX Encontro Nacional da ANPUR. Anais...Salvador, 23 a 27 de maio de 2015.

NETO, João de Paula (2007) O ensino de arquitetura como agente transformador da prática profissional. Dissertação de Mestrado, PO. MALARD, Maria Lúcia.

OLIVEIRA, Francisco de. “O estado e o urbano.” Revista Espaço e Debates, v. 6, p. 37, 1982.

_____. A economia brasileira: crítica à razão dualista. Petrópolis: Vozes, 1972.

OSÓRIO, Letícia Marques (org.). Estatuto da cidade e reforma urbana: novas perspectivas para as

idades do Brasil. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2002.

PULHEZ, Magaly Marques. Espaços de favela, fronteiras do ofício: história e experiências contemporâneas de arquitetos em assessorias de urbanização. Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo), EESC-USP, São Carlos, 2007.

ROLNIK, Raquel. A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo.

São Paulo: FAPESP, 1997.

RONCONI, Reginaldo Luiz Nunes (2002) Inserção do canteiro experimental nas Faculdades de Arquitetura e Urbanismo. Tese de Doutorado, PO. GHOUBAR, Khaled.

ROSA, Thaís Troncon. “Favelas, periferias: uma reflexão sobre conceitos e dicotomias”. Anais 33.º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu/MG, 2009.

ROSA. Thais Troncon. “Prova escrita para concurso da UFBA”, 2015 (mimeo).

ROSA. Thais Troncon. (2014). Cidades Outras: pobreza, moradia e mediações em trajetórias urbanas liminares. Tese de Doutorado, PO. RIZEK, Cibele Saliba.

- SAMPAIO, Maria Ruth; LEMOS, Carlos. Habitação popular paulistana: autoconstrução. FAU–USP,
- SANTO AMORE, Caio; SHIMBO, Lúcia Zanin; RUFFINO, Maria Beatriz Cruz. Minha Casa... E a cidade? Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.
- SANTOS, Carlos Nelson F. dos. “Habitação – o que é mesmo que pode fazer quem sabe?” In: VALLADARES, Lícia do Prado (org.). Repensando a Habitação no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- SANTOS, Carlos Nelson F. dos. Movimentos urbanos no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- SANTOS, Milton. “O Futuro das Megacidades: dualidade entre o poder e a pobreza”. Cadernos Metrópole, 2008.
- _____. A urbanização brasileira. São Paulo: Edusp, 2005.
- _____. O Espaço do Cidadão. São Paulo: Nobel, 1998.
- _____. Pensando o Espaço do Homem. São Paulo: Edusp, 2004.
- SHIMBO, Lucia Zanin. Habitação social, habitação de mercado: a confluência entre estado, empresas construtoras e capital financeiro. Tese (doutorado em Arquitetura e Urbanismo). IAU – USP, São Carlos, 2010.
- VALLADARES, Lícia do Prado (org.). Habitação em Questão. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- VALLADARES, Lícia do Prado (org.). Repensando a Habitação no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- VALLADARES, Lícia do Prado. A invenção da favela: do mito de origem à favela.com. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- VILLAÇA, FLÁVIO. Espaço intra---urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.